

2.3 — Participação em júris académicos de Provas e Concursos (0 — 10);

2.4 — Outra actividade Pedagógica relevante (0 — 3).

3 — Outras Actividades Relevantes (10%)

3.1 — Actividades de Extensão Universitária (0 — 5);

3.2 — Participação na Gestão Académica (excluindo as referida no ponto 1.3 (0 — 5)).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

V — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências (Despacho 15009/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 191 de 30 de Setembro de 2010).

Vogais:

Prof. Doutor Jorge Narciso de Oliveira Crespo, Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor João Paulo dos Santos de Pina Cabral, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Doutor Joan-Josep Pujadas Muñoz, Professor Catedrático da Universitat Rovira i Virgili/Espanha;

Doutor Brian Juan O'Neill, Professor Catedrático do Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE;

Doutor Luís António Vicente Baptista, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

VI — Avaliação das candidaturas

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VII — Em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

10 de Janeiro de 2011. — O Reitor, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas.

204200232

Edital n.º 51/2011

I — Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de vinte e dois de Novembro de dois mil e dez, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Catedrático na Área de Antropologia (Antropologia do Espaço, Migrações e Etnicidade) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

II — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto, são requisitos para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 40.º:

a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;

b) Ser detentor do título de agregado.

O título de agregado deve ser, de preferência, na área disciplinar a que respeita o concurso.

III — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, por via postal ou através de correio electrónico, em formulário disponível no Núcleo de Concursos e Provas Académicas e *on-line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número II;

b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;

c) 12 exemplares do *curriculum* do candidato;

d) 2 «exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum*, impressos ou em suporte digital.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível no Núcleo de Concursos e Provas Académicas da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das Unidades Orgânicas desta Universidade.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da UNL devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no n.º 1 deste Edital os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste Aviso de Abertura.

IV — Os critérios, indicadores e ponderações, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, aprovados pelo júri, na reunião preliminar de 6 de Janeiro de 2011, são os seguintes:

1 — Avaliação da Componente Científica do *Curriculum Vitae* — Ponderação (60%)

1.1 — Publicação de Artigos e Livros Científicos (0-15);

1.2 — Coordenação e Participação em Projectos de Investigação (0-10);

1.3 — Direcção de Unidades de Investigação (0-10);

1.4 — Comunicações apresentadas em Congressos e Colóquios Científicos (0-10);

1.5 — Orientações de teses (2.ºs Ciclos e 3.ºs Ciclos) e de outras componentes não curriculares dos 2.º ciclos (Relatórios de Estágio e Projectos) (0-10);

1.6 — Outra Actividade Científica (Prémios, Pertença a Órgãos Científicos, Painéis de Avaliação Científica, etc.) (0-5).

2 — Componente Pedagógica (30%)

2.1 — Diversidade de unidades curriculares ensinadas (Matérias e Ciclos de Estudos) (0 — 7);

2.2 — Qualidade do Material Pedagógico Publicado ou Apresentado (0-10);

2.3 — Participação em júris académicos de Provas e Concursos (0-10);

2.4 — Outra actividade Pedagógica relevante (0-3).

3 — Outras Actividades Relevantes (10%)

3.1 — Actividades de Extensão Universitária (0-5);

3.2 — Participação na Gestão Académica (excluindo as referida no ponto 1.3 (0-5)).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

V — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências (Despacho 15009/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 191 de 30 de Setembro de 2010).

Vogais:

— Prof. Doutor Adolfo Yáñez Casal, Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

— Doutor João Paulo dos Santos de Pina Cabral, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

— Doutor Joan-Josep Pujadas Muñoz, Professor Catedrático da Universitat Rovira i Virgili/Espanha;

— Doutor Brian Juan O'Neill, Professor Catedrático do Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE;

— Doutor Luís António Vicente Baptista, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

VI — Avaliação das candidaturas

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VII — Em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove

activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

10 de Janeiro de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

204199692

Escola Nacional de Saúde Pública

Aviso n.º 1805/2011

Por meu despacho de 04 de Janeiro de 2011, foi o Doutor Carlos Manuel Morais da Costa, Professor Auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública, exonerado a seu pedido, do cargo de Subdirector da mesma Escola, a partir de 10 de Janeiro do mesmo ano.

10 de Janeiro de 2011. — O Director, *Constantino Theodor Sakellaries*.

204199749

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Desporto

Despacho (extracto) n.º 1498/2011

Delego por este despacho, nos termos previstos no artigo 18.º, dos Estatutos da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no Professor Catedrático Rui Manuel Proença de Campos Garcia, vogal do Conselho Executivo e Presidente do Conselho Pedagógico, as minhas competências próprias e delegadas no período de 20 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, durante o qual me encontro ausente em serviço oficial.

10/01/2011. — O Director, *Jorge Olímpio Bento*.

204200613

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior de Agronomia

Aviso (extracto) n.º 1806/2011

Procedimento concursal de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior da carreira geral de técnico superior

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do art 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, e dado não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, presumindo-se, igualmente, a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC — Entidade Centralizada de Constituição de Reservas de Recrutamento, faz-se público que, por despacho do Presidente do Instituto Superior de Agronomia de 30 de Novembro de 2010, se procede à abertura de um procedimento para o recrutamento para o provimento de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior do Mapa de Pessoal do Instituto Superior de Agronomia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação deste aviso no *Diário da República*.

Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro; Decreto Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de Julho; Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

1 — Local de trabalho: Instituto Superior de Agronomia, sito na Tapada da Ajuda, em Lisboa

2 — Caracterização do posto de trabalho:

Desempenho de funções no Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida do Instituto Superior de Agronomia, com grau de complexidade 3, designadamente:

a) Apoio ao laboratório de investigação e de prestação de serviços à comunidade do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida, nomeadamente na avaliação fitossanitária e de risco de ruptura de árvores e plantas ornamentais em espaços verdes;

b) Identificação, em laboratório, de agentes patogénicos de diversas culturas (espécies florestais, ornamentais e hortícolas) com recurso a técnicas clássicas de micologia e bacteriologia, teste ELISA, sistema Biolog e técnicas biomoleculares;

c) Gestão de *stocks* de consumíveis e aquisição de equipamentos;

d) Apoio a aulas laboratoriais leccionadas no Departamento.

3 — Requisitos de admissão

3.1 — Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são os seguintes:

a) Ter nacionalidade Portuguesa;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.2. — Os requisitos especiais de admissão são os seguintes:

a) Estar habilitado com licenciatura em Engenharia Florestal ou Agronómica;

b) Experiência mínima de 5 anos em Instituição de Ensino Superior e desempenho das funções referidas no ponto 2;

c) Conhecimento de técnicas laboratoriais no âmbito da fitopatologia;

d) Experiência no acompanhamento de aulas práticas laboratoriais;

e) Conhecimento de Inglês, falado e escrito;

f) Conhecimento de informática na óptica do utilizador;

g) Capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e trabalho em equipa;

3.3 — Os candidatos deverão reunir os requisitos até à data limite de apresentação de candidaturas.

3.4 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, de acordo com a alínea *f*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

3.5 — O recrutamento é aberto aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. De acordo com o despacho do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 23 de Novembro de 2009 em caso de impossibilidade de preenchimento do posto de trabalho de entre aqueles trabalhadores, é igualmente aberto a trabalhadores com relação jurídica por tempo determinado, determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do art 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

4 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

5 — Formalização de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas mediante preenchimento do formulário tipo aprovado por despacho do Ministro das Finanças de 17 de Março de 2009, disponível em www.isa.utl.pt, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, para Instituto Superior de Agronomia Tapada da Ajuda, 1349-017 — Lisboa, acompanhado de:

Curriculum Vitae detalhado, datado e assinado do qual constem todos os elementos relevantes para apreciação do seu mérito;

Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

Documentos comprovativos das acções de formação relacionadas com o conteúdo funcional do lugar posto a concurso;

Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente actualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, o tempo de execução das actividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro;

Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente actualizada, da qual conste a actividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

A avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do art 11.º da referida Portaria.

6 — Métodos de Selecção — No presente recrutamento serão aplicados os métodos de selecção obrigatórios referidos nos n.ºs 1 e 2 do art 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro:

a) Prova de Conhecimentos (PC) e avaliação psicológica (AP);

b) Aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, ser-lhes-ão aplicados, quando não